

DIREITO DO TRABALHO	27	8.5. ESTÁGIO	70
Henrique Correia		8.6. RESIDÊNCIA MÉDICA	72
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES	27	8.7. REPRESENTAÇÃO COMERCIAL	73
✦ QUESTÕES	29	8.8. TRABALHO DO INDÍGENA	74
1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO ...	29	9. EMPREGADOR	74
1.1. PARTE HISTÓRICA	29	9.1. GRUPO ECONÔMICO	74
1.2. INTERPRETAÇÃO E EFICÁCIA DAS NORMAS TRABALHISTAS	31	9.2. SUCESSÃO DE EMPREGADORES (ALTERAÇÃO SUBJETIVA DO CON- TRATO DE TRABALHO)	75
1.3. FONTES DO DIREITO DO TRABALHO ...	34	9.3. PODERES DO EMPREGADOR	77
2. PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO ...	35	10. TERCEIRIZAÇÃO	77
3. RENÚNCIA E TRANSAÇÃO	39	11. TRABALHO TEMPORÁRIO	82
4. COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA	41	12. RESPONSABILIDADE JURÍDICA TRABA- LHISTA	85
5. CTPS – CARTEIRA DE TRABALHO E PREVI- DÊNCIA SOCIAL	41	13. CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	87
6. EMPREGADO	43	13.1. TERMINOLOGIA: RELAÇÃO DE EM- PREGO X RELAÇÃO DE TRABALHO ...	89
7. VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS ESPECIAIS	44	13.2. CARACTERÍSTICAS DO CONTRATO DE TRABALHO	89
7.1. EMPREGADOS BANCÁRIOS	44	13.3. NULDADES DO CONTRATO DE TRA- BALHO	91
7.2. EMPREGADO RURAL	46	13.4. EFEITOS DO CONTRATO DE TRABA- LHO	93
7.3. EMPREGADO DOMÉSTICO	50	13.5. CONTRATO POR PRAZO DETERMI- NADO	94
7.4. PROTEÇÃO DO TRABALHO DO ADOLESCENTE	55	13.6. CONTRATO DE TRABALHO INTERI- NO / PARA SUBSTITUIÇÃO EVEN- TUAL OU TEMPORÁRIA	97
7.5. APRENDIZ	56	13.7. ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	98
7.6. PROTEÇÃO DO TRABALHO DA MU- LHER	57	13.8. SUSPENSÃO E INTERRUPTÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	104
7.7. MÃE SOCIAL	58	14. ASSÉDIO E COMBATE À DISCRIMINAÇÃO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO	106
7.8. ATLETA PROFISSIONAL	61	15. DURAÇÃO DO TRABALHO	113
8. RELAÇÕES DE TRABALHO QUE NÃO CON- FIGURAM VÍNCULO EMPREGATÍCIO	62		
8.1. TRABALHADOR AVULSO	64		
8.2. TRABALHO EVENTUAL	68		
8.3. TRABALHO VOLUNTÁRIO	68		
8.4. COOPERATIVAS	69		

15.1. JORNADAS ESPECIAIS	116	22.1. DISPENSA OU DESPEDIDA SEM JUSTA CAUSA	157
15.2. SOBREAVISO E PRONTIDÃO.....	117	22.2. DISPENSA POR JUSTA CAUSA.....	158
15.3. EMPREGADOS NÃO SUBMETIDOS A LIMITAÇÃO DE JORNADA	119	22.3. TÉRMINO DO CONTRATO DECORRENTE DE PRÁTICA DISCRIMINATÓRIA	159
15.4. TRABALHO NOTURNO	120	22.4. CULPA RECÍPROCA	160
15.5. TRABALHO EXTRAORDINÁRIO (PRORROGAÇÃO DE JORNADA).....	121	22.5. TÉRMINO DO CONTRATO POR FATO DO PRÍNCIPE	161
15.6. JORNADA 12X36.....	123	23. PRAZO PARA O PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS.....	163
16. PERÍODOS DE DESCANSO	125	24. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	163
16.1. INTERVALOS	125	25. DIREITO COLETIVO DO TRABALHO.....	165
16.2. DESCANSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO	126	25.1. INTRODUÇÃO. INSTITUTOS BÁSICOS DO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	165
16.3. FÉRIAS.....	126	25.2. DISPENSA EM MASSA.....	166
17. SALÁRIO E REMUNERAÇÃO	129	25.3. PRINCÍPIOS DO DIREITO COLETIVO...	168
17.1. DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	130	25.4. PRÁTICAS OU ATOS ANTISSINDICAIS ...	170
17.2. ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE.....	131	25.5. INTERESSES INDIVIDUAIS HOMOGENEOS, COLETIVOS E DIFUSOS	172
17.2.1. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE	133	25.6. ORGANIZAÇÃO SINDICAL BRASILEIRA	173
17.2.2. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE.....	135	25.7. ENTIDADES SINDICAIS DE GRAU SUPERIOR (FEDERAÇÕES E CONFEDERAÇÕES)	176
17.3. ADICIONAL NOTURNO.....	135	25.8. CENTRAIS SINDICAIS	176
17.4. SALÁRIO-UTILIDADE OU SALÁRIO <i>IN NATURA</i>	136	25.9. CUSTEIO OU FINANCIAMENTO DO SINDICATO	177
17.5. PARCELAS SEM NATUREZA SALARIAL.....	137	25.10. NEGOCIAÇÃO COLETIVA – CONVENÇÃO E ACORDO COLETIVO.....	179
17.6. DA FORMA, DO TEMPO E DO LOCAL DO PAGAMENTO	138	25.11. VIGÊNCIA DO INSTRUMENTO NORMATIVO.....	181
17.7. EQUIPARAÇÃO SALARIAL	139	25.12. GREVE	182
17.8. GARANTIAS DE PROTEÇÃO AO SALÁRIO	140	25.13. REPRESENTAÇÃO DOS EMPREGADOS NAS EMPRESAS (REFORMA TRABALHISTA	187
18. ESTABILIDADE E GARANTIAS PROVISÓRIAS DE EMPREGO	142	★ DICAS.....	188
18.1. ESTABILIDADE DO DIRIGENTE SINDICAL	144	1. DIREITO DO TRABALHO.....	188
18.2. ESTABILIDADE DA GESTANTE	146	2. DOS PRINCÍPIOS E FONTES DO DIREITO DO TRABALHO.....	191
18.3. MEMBROS DA COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA	148	2.1. PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO	191
19. FGTS.....	149		
20. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO....	151		
21. AVISO-PRÉVIO	153		
22. TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO...	155		

2.2. FONTES.....	193	5.1.1. RESPONSABILIDADE SOLIDÁ- RIA E SUBSIDIÁRIA	220
2.3. INTEGRAÇÃO	194	5.2. SUCESSÃO DE EMPREGADORES	220
2.4. EFICÁCIA DAS NORMAS TRABA- LHISTAS	195	5.3. SÓCIO RETIRANTE.....	221
2.5. FLEXIBILIZAÇÃO	196	5.4. PODERES DO EMPREGADOR.....	221
2.6. RENÚNCIA E TRANSAÇÃO	196	5.4.1. ASSÉDIO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO	225
3. DIREITOS CONSTITUCIONAIS DOS TRA- BALHADORES.....	197	6. RELAÇÕES DE TRABALHO <i>LATO SENSU</i>	225
4. SUJEITOS DO CONTRATO DE TRABALHO...	200	7. PROTEÇÃO DO TRABALHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	226
4.1. EMPREGADO	200	7.1. SALÁRIO DO ADOLESCENTE	228
4.1.1. REQUISITOS NÃO ESSENCIAIS AO VÍNCULO DE EMPREGO	202	7.2. DAS FÉRIAS DO EMPREGADO ADO- LESCENTE	228
4.1.2. TRABALHO EM DOMICÍLIO E TELETRABALHO (OU TRABA- LHO REMOTO).....	203	7.3. APRENDIZ.....	228
4.1.2.1. NOVA REGULAMENTAÇÃO DO TELETRABALHO DADA PELA LEI Nº 14.442/2022	203	8. PROTEÇÃO DO TRABALHO DA MULHER....	230
4.1.3. EMPREGADO HIPERSUFICIENTE	204	8.1. LICENÇA-MATERNIDADE.....	232
4.2. CARTEIRA DE TRABALHO E PREVI- DÊNCIA SOCIAL	204	8.1.1. DATA DE INÍCIO DA LICENÇA- -MATERNIDADE (ADI Nº 6327/ DF).....	232
4.2.1. REGISTRO DE EMPREGADOS.....	205	8.2. ESTABILIDADE DA GESTANTE	233
4.3. EXIGÊNCIA DE ANTECEDENTES CRI- MINAIS.....	206	8.3. MEIO AMBIENTE DE TRABALHO.....	234
4.4. EMPREGADO RURAL (LEI Nº 5.889/73)	206	8.4. PROGRAMA EMPREGA + MULHE- RES (LEI Nº 14.457/2022).....	235
4.4.1. PECULIARIDADES DOS EM- PREGADOS RURAIS.....	206	8.4.1. DO APOIO À PARENTALIDADE NA PRIMEIRA INFÂNCIA.....	235
4.4.2. CONTRATO TEMPORÁRIO RURAL (ART. 14-A DA LEI Nº 5.889/73)	207	8.4.2. DO APOIO À PARENTALIDADE POR MEIO DA FLEXIBILIZAÇÃO DO REGIME DE TRABALHO.....	235
4.5. TRABALHO DOMÉSTICO.....	207	8.4.3. DAS MEDIDAS PARA QUALIFI- CAÇÃO DE MULHERES	235
4.6. EMPREGADO PÚBLICO	212	8.4.4. DO APOIO AO RETORNO AO TRABALHO APÓS O TÉRMINO DA LICENÇA-MATERNIDADE	235
4.7. CONTRATOS DE TRABALHO ESPE- CIAIS	214	8.4.5. DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO E DE COMBATE AO ASSÉDIO SEXUAL E A OUTRAS FORMAS DE VIOLÊNCIA NO ÂMBITO DO TRABALHO	236
4.7.1. BANCÁRIO	214	8.4.6. DO SELO EMPREGA + MULHER....	236
4.7.2. MOTORISTA PROFISSIONAL.....	214	9. TERCEIRIZAÇÃO.....	236
4.7.3. PROFESSOR.....	218	9.1. GENERALIDADES.....	236
4.7.4. SERVIÇOS EM FRIGORÍFICOS.....	219	9.2. TERCEIRIZAÇÃO DAS ATIVIDADES- -FIM DA EMPRESA.....	238
4.7.5. TRABALHO EM MINAS DE SUB- SOLO.....	219	9.2.1. TERCEIRIZAÇÃO NA SÚMULA Nº 331 DO TST.....	238
5. EMPREGADOR	219		
5.1. GRUPO ECONÔMICO	220		

9.2.2. REGULAMENTAÇÃO PELA LEI Nº 13.429/2017 (31/03/2017)	238	10.1. RELAÇÃO DE TRABALHO X RELAÇÃO DE EMPREGO	246
9.2.3. REFORMA TRABALHISTA – LEI Nº 13.467/2017	238	10.2. CONTRATO DE TRABALHO	246
9.3. QUARTEIRIZAÇÃO.....	239	10.3. CARACTERÍSTICAS DO CONTRATO DE TRABALHO.....	246
9.4. REQUISITOS PARA O FUNCIONAMENTO DA EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A TERCEIROS.....	239	10.4. CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS DE TRABALHO.....	247
9.5. REQUISITOS DO CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO.....	239	10.5. CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE TRABALHO INTERMITENTE	247
9.6. RESPONSABILIDADE DA TOMADORA	239	10.6. ALTERAÇÃO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO.....	248
9.7. DIREITOS DOS TERCEIRIZADOS.....	240	10.7. TRANSFERÊNCIA DE LOCAL DE TRABALHO	250
9.8. CONDIÇÕES DE TRABALHO	240	10.8. SUSPENSÃO E INTERRUÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	250
9.8.1. SÚMULA Nº 331 DO TST.....	240	10.9. EFEITOS DO CONTRATO DE TRABALHO	252
9.8.2. LEI Nº 13.429/2017	240	10.9.1. DANO MATERIAL E MORAL	252
9.8.3. REGULAMENTAÇÃO PELA LEI Nº 13.467/2017 (REFORMA TRABALHISTA)	240	10.9.2. TEMAS CORRELATOS – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO ...	254
9.9. SALÁRIO EQUIVALENTE.....	240	11. DURAÇÃO DO TRABALHO E JORNADA DE TRABALHO	254
9.10. QUARENTENA E REFORMA TRABALHISTA.....	241	11.1. LIMITE DE TOLERÂNCIA.....	255
9.10.1. SÚMULA Nº 331 DO TST.....	241	11.2. EMPREGADOS NÃO SUBMETIDOS À LIMITAÇÃO DE JORNADA	256
9.10.2. REGULAMENTAÇÃO PELA LEI Nº 13.429/2017 (31/03/2017)	241	11.3. REGIME DE TEMPO PARCIAL.....	256
9.10.3. REFORMA TRABALHISTA – LEI Nº 13.467/2017	241	11.4. TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO.....	257
9.11. PERÍODO DE QUARENTENA DO EMPREGADO TERCEIRIZADO.....	241	11.5. HORAS <i>IN ITINERE</i>	257
9.11.1. SÚMULA Nº 331 DO TST.....	241	11.6. TRABALHO NOTURNO	258
9.11.2. REGULAMENTAÇÃO PELA LEI Nº 13.429/2017 (31/03/2017)	241	11.7. TRABALHO EXTRAORDINÁRIO	258
9.11.3. QUARENTENA NA REFORMA TRABALHISTA (LEI Nº 13.467/2017).....	242	11.8. COMPENSAÇÃO.....	258
9.12. INAPLICABILIDADE DA LEGISLAÇÃO ÀS EMPRESAS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES.....	242	11.9. PERÍODOS DE DESCANSO	259
9.13. CONSEQUÊNCIAS DA LEI Nº 13.429/2017 PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	242	11.9.1. INTERVALOS	259
9.14. DONO DA OBRA.....	244	11.9.2. DESCANSO SEMANAL REMUNERADO (DSR).....	261
9.15. TRABALHO TEMPORÁRIO	244	11.9.3. FÉRIAS.....	262
10. CONTRATO DE TRABALHO E RELAÇÃO DE TRABALHO	246	11.9.3.1. DIREITOS ÀS FÉRIAS E SUA DURAÇÃO	262
		11.9.3.2. CONCESSÃO E ÉPOCA DAS FÉRIAS.....	263
		11.9.3.3. REMUNERAÇÃO DAS FÉRIAS	263

11.9.3.4. ABONO PECUNIÁRIO DE FÉRIAS	263	14.1. HIPÓTESES DE SAQUE DOS DEPÓSITOS	279
11.9.3.5. TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO E PAGAMENTO DAS FÉRIAS PROPORCIONAIS	264	15. ESTABILIDADE	280
11.9.3.6. FÉRIAS COLETIVAS.....	264	15.1. DIRIGENTE SINDICAL.....	280
12. SALÁRIO E REMUNERAÇÃO	264	15.2. EMPREGADO REPRESENTANTE DA CIPA.....	280
12.1. SALÁRIO MÍNIMO.....	265	15.3. EMPREGADO ACIDENTADO.....	281
12.2. MODALIDADES DE SALÁRIO	265	15.4. EMPREGADO PÚBLICO	281
12.3. PARCELAS SALARIAIS (COMPOSIÇÃO DO SALÁRIO)	267	15.5. ESTABILIDADE GESTANTE E ADOTANTE (LEI Nº 13.509/2017).....	281
12.4. GRATIFICAÇÕES	267	15.6. ESTABILIDADE DO REPRESENTANTE DOS EMPREGADOS (REFORMA TRABALHISTA)	281
12.5. DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	268	15.7. DESPEDIDA E REINTEGRAÇÃO DO EMPREGADO ESTÁVEL	282
12.6. ADICIONAIS SALARIAIS	268	15.8. TEORIA DA NULIDADE DA DESPEDIDA ARBITRÁRIA – CONVENÇÃO 158 DA OIT.....	282
12.6.1. ADICIONAL DE HORA EXTRAORDINÁRIO.....	268	16. TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO...	283
12.6.2. ADICIONAL NOTURNO.....	268	16.1. DISPENSA SEM JUSTA CAUSA OU ARBITRÁRIA.....	283
12.6.3. ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA	269	16.2. PEDIDO DE DEMISSÃO.....	283
12.6.4. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE	269	16.3. DISTRATO (REFORMA TRABALHISTA) ...	283
12.6.5. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE.....	271	16.4. JUSTA CAUSA: DISPENSA POR JUSTA CAUSA, RESCISÃO INDIRETA E CULPA RECÍPROCA	284
12.7. PARCELAS SEM NATUREZA SALARIAL (INDENIZATÓRIAS)	272	16.5. DEMAIS HIPÓTESES DE TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	285
12.7.1. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS – PLR.....	272	16.5.1. TÉRMINO DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO.....	285
12.7.2. AJUDA DE CUSTO.....	273	16.5.2. FORÇA MAIOR	286
12.7.3. DIÁRIAS PARA VIAGEM.....	273	16.5.3. MORTE DO EMPREGADOR	287
12.7.4. VALE-TRANSPORTE.....	273	16.5.4. MORTE DO EMPREGADOR PESSOA FÍSICA (EXTINÇÃO DO ESTABELECIMENTO)	287
12.7.5. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO.....	273	16.5.5. MORTE DO EMPRESÁRIO INDIVIDUAL	287
12.7.6. PRÊMIOS	273	16.5.6. FATO DO PRÍNCIPE OU <i>FACTUM PRINCIPIS</i> (PARALISAÇÃO TEMPORÁRIA OU DEFINITIVA DO TRABALHO)	287
12.7.7. ABONOS.....	274	16.6. DISPENSA COLETIVA.....	287
12.7.8. SALÁRIO-FAMÍLIA	274	16.7. HOMOLOGAÇÃO DAS VERBAS TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	288
12.7.9. SALÁRIO-EDUCAÇÃO	274		
12.7.10. PIS/PASEP	274		
12.8. SALÁRIO-UTILIDADE OU SALÁRIO <i>IN NATURA</i>	274		
12.9. FORMAS E MEIOS DE PAGAMENTO DO SALÁRIO	275		
12.10. EQUIPARAÇÃO SALARIAL	275		
12.11. DESVIO E ACÚMULO DE FUNÇÃO ...	277		
13. AVISO-PRÉVIO	277		
14. FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS	278		

16.8. QUITAÇÃO ANUAL DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	289	+	SÚMULAS E ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DO TST	313
17. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	289	1.	REGULAMENTO DE EMPRESA (NORMA REGULAMENTAR)	313
18. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO (MEIO AMBIENTE DE TRABALHO)	291	1.1.	COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA	313
18.1. DEVERES DO EMPREGADOR	292	2.	PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DA LEI	314
18.2. DEVERES DO EMPREGADO	292	3.	PROGRAMA DE INCENTIVO À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA	314
18.3. MINISTÉRIO DO TRABALHO E NORMAS REGULAMENTADORAS SOBRE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO	292	4.	EMPREGADO	314
18.4. INTERDIÇÃO OU EMBARGO E INSPEÇÃO PRÉVIA	293	4.1.	DIRETOR ELEITO	314
18.5. ACIDENTE DE TRABALHO	293	4.2.	EMPREGADO BANCÁRIO	314
18.6. CIPA – COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E ASSÉDIO	295	4.3.	EMPREGADO RURAL	316
18.7. DA COMPETÊNCIA PARA APRECIAR E JULGAR QUESTÕES LIGADAS AO AMBIENTE DE TRABALHO	295	4.3.1.	ENQUADRAMENTO COMO TRABALHADOR RURAL	316
19. DIREITO COLETIVO	295	4.3.2.	PRESCRIÇÃO DO TRABALHADOR RURAL	316
19.1. LIBERDADE SINDICAL (CONVENÇÃO Nº 87 DA OIT)	297	4.3.3.	SALÁRIO-FAMÍLIA RURÍCOLA	316
19.2. ORGANIZAÇÃO SINDICAL BRASILEIRA	298	4.4.	EMPREGADO DOMÉSTICO	316
19.2.1. FORMAÇÃO HISTÓRICA DO SINDICALISMO NO BRASIL	298	5.	EMPREGADOR	316
19.2.2. DIVISÃO EM CATEGORIAS	298	6.	TERCEIRIZAÇÃO	317
19.2.3. REQUISITOS DE EXISTÊNCIA E ATUAÇÃO	299	7.	CONTRATO DE TRABALHO	318
19.2.4. ORGANIZAÇÃO INTERNA DOS SINDICATOS	299	7.1.	IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE EMPREGADO. CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL – CTPS	318
19.2.5. CUSTEIO DAS ENTIDADES SINDICAIS	299	7.2.	CONTRATO DE EXPERIÊNCIA E CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO ..	318
19.3. NEGOCIAÇÃO COLETIVA (ACORDOS E CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO)	301	7.3.	DA NULIDADE DO CONTRATO DE TRABALHO	318
19.4. VIGÊNCIA DOS INSTRUMENTOS COLETIVOS	307	7.4.	ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	319
19.5. GREVE	308	7.5.	SUSPENSÃO E INTERRUPTÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	319
19.5.1. GREVE EM SERVIÇOS ESSENCIAIS	308	8.	DURAÇÃO DO TRABALHO	319
19.5.2. GREVE NO SERVIÇO PÚBLICO ..	309	8.1.	DURAÇÃO DO TRABALHO	319
20. COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA	309	8.2.	SOBREAVISO	320
21. DA REPRESENTAÇÃO DOS EMPREGADOS (REFORMA TRABALHISTA)	310	8.3.	FISCALIZAÇÃO DA JORNADA	320
22. DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS	312	8.4.	HORAS <i>IN ITINERE</i>	320
		8.5.	MOTORISTA, GERENTE E FERROVIÁRIO SUBMETIDOS AO ART. 62 DA CLT	320
		8.6.	TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO	321

8.7. TRABALHO NOTURNO	321	9.10.2.7. ARMAZENAMENTO DE LÍQUIDO INFLAMÁVEL NO PRÉDIO. CONSTRUÇÃO VERTICAL.....	329
8.8. COMPENSAÇÃO DE JORNADA	321	9.10.3. PERÍCIA	329
8.9. JORNADA DO TELEFONISTA, JORNALISTA E ADVOGADO	322	9.11. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	330
8.10. INTERVALOS	322	9.11.1. INTEGRAÇÃO.....	330
8.11. DESCANSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADOS (LEI Nº 605/1949).....	323	9.11.2. BASE DE CÁLCULO.....	330
8.12. FÉRIAS.....	323	9.11.3. PERÍCIA	330
9. REMUNERAÇÃO	324	9.11.4. CLASSIFICAÇÃO DA ATIVIDADE DE INSALUBRE. RELAÇÃO OFICIAL ELABORADA PELO MTE.....	330
9.1. SALÁRIO E REMUNERAÇÃO	324	9.11.4.1. INSTALAÇÕES SANITÁRIAS...	330
9.2. AUMENTO SALARIAL CONCEDIDO PELA EMPRESA E SALÁRIO UTILIDADE	325	9.11.4.2. RAIOS SOLARES	330
9.3. COMISSÕES	325	9.11.4.3. ÓLEOS MINERAIS	330
9.4. GRATIFICAÇÕES	325	9.11.4.4. DIREITO ADQUIRIDO.....	330
9.5. ADICIONAL DE RISCO DO PORTUÁRIO.....	326	9.11.5. FORNECIMENTO DE APARELHO DE PROTEÇÃO	331
9.6. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO E ADICIONAL REGIONAL.....	326	9.11.6. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL....	331
9.7. ABONO PREVISTO EM NORMA COLETIVA.....	326	9.11.7. CAUSA DE PEDIR.....	331
9.8. GRATIFICAÇÃO NATALINA OU DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	326	9.12. PARCELAS INDENIZATÓRIAS	331
9.9. ADICIONAIS.....	327	9.12.1. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS	331
9.9.1. ADICIONAL DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS.....	327	9.12.2. DIÁRIAS	331
9.9.1.1. CÁLCULO DAS HORAS EXTRAS	328	9.12.3. VALE-TRANSPORTE.....	331
9.9.2. ADICIONAL NOTURNO.....	328	9.12.4. SALÁRIO-FAMÍLIA	331
9.9.3. ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA	328	9.12.5. SEGURO-DESEMPREGO.....	331
9.10. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE.....	328	9.12.6. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO.....	331
9.10.1. INTEGRAÇÃO DO ADICIONAL DE PERICULOSIDADE.....	328	9.13. EQUIPARAÇÃO SALARIAL	332
9.10.2. CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES PERIGOSAS	329	9.14. DESCONTOS SALARIAIS.....	333
9.10.2.1. ELETRICITÁRIOS.....	329	9.14.1. MULTA PREVISTA NOS ARTIGOS 467 E 477.....	333
9.10.2.2. PORTUÁRIOS.....	329	9.14.2. RESCISÃO DO CONTRATO. PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS.....	333
9.10.2.3. BOMBA DE GASOLINA.....	329	9.14.3. INADIMPLEMENTO DE VERBAS TRABALHISTAS. FRUTOS. POSSE DE MÁ-FÉ.....	333
9.10.2.4. PERMANÊNCIA A BORDO DE AERONAVES.....	329	9.15. REAJUSTES SALARIAIS E PLANOS ECONÔMICOS.....	333
9.10.2.5. SISTEMA ELÉTRICO DE POTÊNCIA	329	9.16. EFEITOS FINANCEIROS DA ANISTIA. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 26/1985.....	334
9.10.2.6. RADIAÇÃO IONIZANTE OU SUBSTÂNCIA RADIOATIVA..	329		

10. ESTABILIDADE E GARANTIAS PROVISÓRIAS DE EMPREGO.....	334	12.2.5. DESPEDIDA IMOTIVADA DO SERVIDOR PÚBLICO.....	339
10.1. ESTABILIDADE PROVISÓRIA.....	334	12.2.6. READMISSÃO.....	339
10.2. ESTABILIDADE PREVISTA NA CTL (DECENAL).....	334	12.2.7. MULTA PREVISTA NO ART. 477 DA CLT.....	339
10.3. DIRIGENTE SINDICAL.....	334	12.2.8. TÉRMINO DAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS. PAGAMENTO DO SALÁRIO.....	339
10.3.1. ESTABILIDADE PROVISÓRIA DO CONSELHEIRO FISCAL.....	335	12.2.9. CONTRATO NULO.....	339
10.3.2. ESTABILIDADE PROVISÓRIA DO DELEGADO SINDICAL.....	335	12.2.10. QUITAÇÃO E COMPENSAÇÃO...	339
10.4. GESTANTE.....	335	13. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	340
10.5. ESTABILIDADE DECORRENTE DE ACIDENTE DO TRABALHO.....	335	13.1. PRESCRIÇÃO.....	340
10.6. CIPA.....	336	13.1.1. PRESCRIÇÃO TOTAL.....	340
10.7. DIRETORES DE COOPERATIVAS.....	336	13.1.2. PRESCRIÇÃO PARCIAL.....	340
10.8. SERVIDOR PÚBLICO CELETISTA. EMPREGADO DE EMPRESA PÚBLICA E SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA....	336	13.1.3. AÇÃO RESCISÓRIA. PRESCRIÇÃO TOTAL E PARCIAL.....	341
10.8.1. SERVIDOR PÚBLICO DE FUNDAÇÃO REGIDO PELA CLT.....	336	13.1.4. SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	341
10.9. ESTABILIDADE PREVISTA EM REGULAMENTO INTERNO.....	336	13.1.5. INTERRUPTÃO DA PRESCRIÇÃO.....	341
11. FGTS.....	336	13.1.6. RURÍCOLA.....	341
11.1. INCIDÊNCIA DO FGTS.....	336	13.1.7. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE....	341
11.1.1. NÃO INCIDÊNCIA DO FGTS.....	336	13.1.8. FGTS.....	341
11.1.2. ÍNDICE DE CORREÇÃO.....	336	13.1.9. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS ...	341
11.2. MULTA DE 40% DO FGTS.....	336	13.1.10. AÇÃO DE CUMPRIMENTO.....	342
11.3. CONTRATO NULO.....	337	13.1.11. MUDANÇA DO REGIME CELETISTA PARA ESTATUTÁRIO.....	342
11.4. PRESCRIÇÃO.....	337	13.1.12. COMPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO E AUXÍLIO FUNERAL.....	342
11.5. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS.....	337	13.1.13. MINISTÉRIO PÚBLICO.....	342
12. AVISO PRÉVIO E TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	337	13.2. DECADÊNCIA.....	342
12.1. AVISO-PRÉVIO.....	337	14. DIREITO COLETIVO DO TRABALHO.....	342
12.2. TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	338	14.1. PODER NORMATIVO DO TST.....	342
12.2.1. FÉRIAS PROPORCIONAIS.....	338	14.2. VIGÊNCIA DA CONVENÇÃO E DO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO. ULTRATIVIDADE.....	342
12.2.2. DISPENSA DISCRIMINATÓRIA....	338	14.3. CATEGORIA DIFERENCIADA.....	342
12.2.3. FALTA GRAVE.....	338	14.4. MULTA PREVISTA EM INSTRUMENTO NORMATIVO.....	342
12.2.3.1. CULPA RECÍPROCA.....	339	14.5. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, CONFEDERATIVA E ASSISTENCIAL.....	343
12.2.4. APOSENTADORIA ESPONTÂNEA. EXTINÇÃO DO CONTRATO.....	339	14.6. ORGANIZAÇÃO SINDICAL.....	343
		14.7. NEGOCIAÇÃO COLETIVA.....	343
		14.8. GREVE.....	344

✦ INFORMATIVOS DO TST	344	6.1. DEPÓSITO DO FGTS	358
1. REGULAMENTO INTERNO.....	344	7. JORNADA DE TRABALHO.....	358
1.1. REQUISITOS PARA DISPENSA PRE- VISTOS EM REGULAMENTO INTER- NO.....	344	7.1. HORA <i>IN ITINERE</i>	358
1.2. DESCUMPRIMENTO DE NORMA IN- TERNA	344	7.2. SOBREAVISO.....	359
1.3. REGULAMENTO INTERNO – PRO- GRESSÃO HORIZONTAL POR MERE- CIMENTO.....	345	7.3. TURNOS ININTERRUPTOS DE REVE- ZAMENTO.....	359
1.4. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTA- DORIA	345	7.4. TRABALHO EXTRAORDINÁRIO.....	360
2. BANCÁRIO.....	345	7.4.1. PAGAMENTO EM VALOR FIXO MENSAL.....	360
2.1. PRÉ-CONTRATAÇÃO DE HORAS EX- TRAS	347	8. PERÍODOS DE DESCANSO	360
2.2. GERENTE E GERENTE-GERAL DA AGÊNCIA	347	8.1. INTERVALO INTRAJORNADA	360
2.2.1. CONTROLE DE HORÁRIO.....	347	8.2. DSR E FERIADOS	361
2.2.2. TEMPO DESPENDIDO NA REA- LIZAÇÃO DE CURSOS PELA IN- TERNET E À DISTÂNCIA.....	348	8.3. FÉRIAS.....	362
2.2.3. AUTORIZAÇÃO PARA SE AU- SENTAR DA AGÊNCIA.....	348	9. REMUNERAÇÃO.....	362
2.2.4. GERENTE QUE POSSUI RESTRI- ÇÕES A DETERMINADAS ATIVI- DADES.....	348	9.1. SALÁRIO COMPLESSIVO.....	363
2.2.5. QUEBRA DE CAIXA.....	348	9.2. PISO SALARIAL	364
2.2.6. ADVOGADO.....	349	10. ADICIONAIS SALARIAIS	364
3. EMPREGADOR.....	349	10.1. ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA	364
3.1. GRUPO ECONÔMICO	349	10.2. ADICIONAL NOTURNO – JORNADA MISTA	365
3.2. PODER DE FISCALIZAÇÃO OU CON- TROLE.....	349	10.3. ADICIONAL DE HORAS EXTRAS	365
3.3. INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA....	350	10.4. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	365
3.4. RESPONSABILIDADE E DANO MO- RAL	351	10.5. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE.....	367
3.5. SUCESSÃO TRABALHISTA	354	10.6. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVI- ÇO.....	368
4. TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA.....	354	10.7. QUEBRA DE CAIXA.....	368
4.1. REQUISITOS DA TERCEIRIZAÇÃO LÍ- CITA.....	355	10.8. VALE-TRANSPORTE	368
4.2. DONO DA OBRA – RESPONSABILI- DADE	356	10.9. DESVIO DE FUNÇÃO	369
4.3. TRABALHO TEMPORÁRIO	357	10.9.1. ACÚMULO DE FUNÇÃO.....	369
5. REVERSÃO	357	10.10. CARGO DE CONFIANÇA	369
5.1. GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO.....	357	10.11. EQUIPARAÇÃO SALARIAL	370
6. SUSPENSÃO DO CONTRATO.....	358	11. ESTABILIDADE	370
		11.1. ESTABILIDADE PREVISTA EM NOR- MA COLETIVA.....	371
		11.2. EMPREGADA DOMÉSTICA	372
		12. FECHAMENTO DO ESTABELECIMENTO.....	372
		13. DEPÓSITO DO FGTS	372
		14. DISPENSA POR JUSTA CAUSA.....	373
		14.1. ATO DE IMPROBIDADE.....	373
		14.2. RESCISÃO INDIRETA.....	374

14.2.1. DESCUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS DO CONTRATO (ART. 483, CLT).....	374	DIREITO CONSTITUCIONAL.....	391
14.2.2. DISPENSA EM MASSA.....	374	<i>Paulo Lépore</i>	
15. PRESCRIÇÃO.....	375	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	391
15.1. PRESCRIÇÃO PARCIAL.....	375	★ QUESTÕES.....	393
16. PRESCRIÇÃO TOTAL.....	376	1. A CONSTITUIÇÃO.....	393
17. PRESCRIÇÃO APLICADA AO EMPREGADO RURAL.....	377	1.1. CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988. PREÂMBULO.....	393
18. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.....	377	1.2. INTERPRETAÇÃO, EFICÁCIA E APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS.....	398
19. SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	378	1.3. PODER CONSTITUINTE. CONCEITO. TITULARIDADE. ESPÉCIES. REFORMA DA CONSTITUIÇÃO. MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL. CLÁUSULAS PÉTREAS. A NORMA CONSTITUCIONAL NO TEMPO.....	403
20. SINDICATO.....	378	2. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS..	411
20.1. SINDICATO REPRESENTANTE DE MOTORISTAS.....	379	2.1. DIREITOS FUNDAMENTAIS EM ESPÉCIE. DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS. DIREITOS SOCIAIS.....	416
20.2. COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA.....	379	2.2. AÇÕES CONSTITUCIONAIS. <i>HABEAS CORPUS</i> . MANDADO DE SEGURANÇA. MANDADO DE INJUNÇÃO. <i>HABEAS DATA</i> . AÇÃO POPULAR. AÇÃO CIVIL PÚBLICA.....	440
21. GREVE.....	380	2.3. DIREITOS DE NACIONALIDADE. DIREITOS POLÍTICOS. PARTIDOS POLÍTICOS.....	456
21.1. EXIGÊNCIA DE APROVAÇÃO DA GREVE POR ASSEMBLEIA.....	380	3. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E ORGANIZAÇÃO DOS PODERES.....	458
21.2. COMUNICAÇÃO APENAS DO “ESTADO DE GREVE”.....	380	3.1. ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA. COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS E ADMINISTRATIVAS.....	461
21.3. DISPENSA COLETIVA. EXIGÊNCIA DE NEGOCIAÇÃO COM SINDICATO PROFISSIONAL.....	380	3.2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. SERVIDORES PÚBLICOS.....	466
21.4. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO – ILEGITIMIDADE ATIVA.....	381	3.3. PODER LEGISLATIVO. CONGRESSO NACIONAL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. SENADO FEDERAL. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO.....	470
22. NEGOCIAÇÃO COLETIVA.....	381	3.4. PROCESSO LEGISLATIVO.....	476
23. TÉRMINO DO CONTRATO.....	384	3.5. FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA. TRIBUNAL DE CONTAS.....	482
23.1. PARCELAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS.....	386		
23.2. DISPENSA DISCRIMINATÓRIA.....	386		
24. RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO / CATEGORIA.....	387		
25. TRABALHADOR AVULSO.....	387		
26. CONCURSO PÚBLICO.....	388		
27. ATESTADO MÉDICO – CID.....	389		
27.1. LIMBO JURÍDICO PREVIDENCIÁRIO...	389		
28. DISSÍDIO COLETIVO.....	389		
29. EMPREGADO COM DEFICIÊNCIA.....	389		
30. <i>HABEAS CORPUS</i>	390		
31. PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA.....	390		
32. TEMPO DE DESLOCAMENTO.....	390		
33. AVISO PRÉVIO.....	390		
34. APRENDIZ.....	390		

3.6. PODER EXECUTIVO. PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE. CRIMES DE RESPONSABILIDADE. MINISTROS DE ESTADO	483	14. TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO	666
3.7. PODER JUDICIÁRIO. ESTRUTURA. COMPETÊNCIAS. SÚMULA VINCULANTE. ESTATUTO DA MAGISTRATURA. MINISTÉRIO PÚBLICO.....	487	15. ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA	668
3.8. PRECATÓRIOS	508	16. ORDEM SOCIAL.....	670
3.9. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	508	17. DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS.....	676
3.10. ADVOCACIA PÚBLICA E PRIVADA. DEFENSORIA PÚBLICA	512	DIREITO PREVIDENCIÁRIO	677
3.11. TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO. ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA.....	513	<i>Adriana Menezes</i>	
3.12. ORDEM SOCIAL.....	521	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES	677
4. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE ...	533	✦ QUESTÕES.....	679
4.1. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. AÇÃO DIRETA DE CONSTITUCIONALIDADE. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. REPRESENTAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE.....	540	1. A SEGURIDADE SOCIAL – CONCEITO, EVOLUÇÃO, ORGANIZAÇÃO, DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS	679
✦ DICAS.....	554	2. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA SEGURIDADE SOCIAL.....	683
1. PODER CONSTITUINTE.....	563	3. DOS BENEFICIÁRIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS) – SEGURADOS E DEPENDENTES	686
2. DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL	565	4. ACIDENTE DO TRABALHO	691
3. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.....	566	5. DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS EM ESPÉCIE.....	696
4. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS..	568	6. DO SEGURO-DESEMPREGO	707
4.1. DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS.....	572	7. DO FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL.....	708
5. DIREITOS SOCIAIS	589	8. DO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO.....	710
6. DIREITOS DA NACIONALIDADE.....	592	9. A CONTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS E DOS SEGURADOS	711
7. DIREITOS POLÍTICOS E SISTEMAS ELEITORAIS.....	595	10. DA DECADÊNCIA E DA PRESCRIÇÃO EM RELAÇÃO AOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E AOS CRÉDITOS DAS CONTRIBUIÇÕES DA SEGURIDADE SOCIAL.....	714
8. ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA	599	11. CRIMES PREVIDENCIÁRIOS	714
9. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	607	12. APOSENTADORIA E PENSÃO DO SERVIDOR PÚBLICO.....	715
10. SEPARAÇÃO DOS PODERES	614	✦ DICAS.....	717
11. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	635	1. SEGURIDADE SOCIAL – CONCEITO E EVOLUÇÃO.....	717
12. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE ...	644	2. CONSELHOS	722
13. DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS.....	664	2.1. CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA (CNP)	722
		2.2. CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS).....	723
		2.3. CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (CRPS).....	723
		3. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS	724

4.	A PREVIDÊNCIA SOCIAL E O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS).....	725	+	SÚMULAS APLICÁVEIS	773
5.	OS BENEFICIÁRIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	727	1.	DOS SEGURADOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	773
6.	ACIDENTE DO TRABALHO	733	1.1.	EMPREGADOS	773
7.	BENEFÍCIOS E SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS.....	735	1.2.	SEGURADOS ESPECIAIS.....	773
8.	SEGURO-DESEMPREGO.....	750	1.3.	SEGURADOS CONTRIBUINTES INDIVIDUAIS.....	774
9.	DA DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO EM RELAÇÃO AOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.....	752	2.	DOS DEPENDENTES DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	774
10.	FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL – PARTE CONSTITUCIONAL.....	752	3.	DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.....	774
11.	SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO	754	3.1.	AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA	774
12.	DA CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS.....	756	3.2.	AUXÍLIO-ACIDENTE	775
13.	DA CONTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS E DO EMPREGADOR DOMÉSTICO.....	758	3.3.	APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE	775
14.	DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.....	759	3.4.	APOSENTADORIAS VOLUNTÁRIAS.....	776
15.	DOS PRAZOS DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	760	3.5.	APOSENTADORIA ESPECIAL	776
16.	DAS OUTRAS RECEITAS DA SEGURIDADE SOCIAL	761	3.6.	SALÁRIO-MATERNIDADE	776
17.	DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA.....	761	3.7.	PENSÃO POR MORTE	776
18.	DA DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DA SEGURIDADE SOCIAL.....	762	3.8.	SALÁRIO-FAMÍLIA	777
19.	BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (BPC – LOAS).....	762	3.9.	OUTRAS SÚMULAS SOBRE BENEFÍCIOS E AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.....	777
20.	PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO	764	4.	DO FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	778
21.	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....	768	4.1.	DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.....	778
22.	O PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS.....	769	4.2.	DO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO.....	778
23.	CRIMES PREVIDENCIÁRIOS	771	4.3.	DA CONTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS.....	778
23.1.	CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA	771	5.	DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.....	780
23.2.	CRIME DE SONEGAÇÃO PREVIDENCIÁRIA.....	772	6.	DA CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO.....	780
23.3.	ESTELIONATO PREVIDENCIÁRIO.....	772	7.	DA DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DA SEGURIDADE SOCIAL.....	780
23.4.	FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	772	8.	BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – BPC-LOAS.....	780
23.5.	INSERÇÃO DE DADOS FALSOS EM SISTEMA DE INFORMAÇÕES	773	9.	PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO	780
23.6.	MODIFICAÇÃO OU ALTERAÇÃO NÃO AUTORIZADA DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES	773	10.	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....	781
			11.	CRIMES PREVIDENCIÁRIOS	782
			12.	SEGURO-DESEMPREGO.....	782
				DIREITO CIVIL	783
				Wellington Pereira	
				TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	783

+	QUESTÕES.....	785		
1.	LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO.....	785		
2.	PARTE GERAL.....	803		
	2.1. DAS PESSOAS NATURAIS.....	803		
	2.1.1. DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE.....	803		
	2.1.2. DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE.....	816		
	2.1.3. DA AUSÊNCIA.....	820		
	2.2. DAS PESSOAS JURÍDICAS.....	822		
	2.2.1. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	822		
	2.2.2. DAS ASSOCIAÇÕES.....	829		
	2.2.3. DAS FUNDAÇÕES.....	831		
	2.3. DO DOMICÍLIO.....	836		
	2.4. DOS BENS.....	840		
	2.4.1. DOS BENS CONSIDERADOS EM SI MESMOS.....	840		
	2.4.2. DOS BENS RECIPROCAMENTE CONSIDERADOS.....	843		
	2.4.3. DOS BENS PÚBLICOS.....	847		
	2.4.4. DO BEM DE FAMÍLIA.....	848		
	2.5. DO NEGÓCIO JURÍDICO.....	853		
	2.5.1. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	853		
	2.5.2. DA CONDIÇÃO, DO TERMO E DO ENCARGO.....	861		
	2.5.3. DOS DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO.....	863		
	2.5.4. DA INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO.....	874		
	2.6. DOS ATOS ILÍCITOS.....	881		
	2.7. DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA.....	882		
	2.8. DA PROVA.....	894		
3.	DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES.....	896		
	3.1. DAS MODALIDADES.....	896		
	3.1.1. DAS OBRIGAÇÕES DE DAR.....	898		
	3.1.1.1. DAS OBRIGAÇÕES DE DAR COISA CERTA.....	898		
	3.1.1.2. DAS OBRIGAÇÕES DE DAR COISA INCERTA.....	900		
	3.1.2. DAS OBRIGAÇÕES DE NÃO FAZER.....	901		
	3.1.3. DAS OBRIGAÇÕES DIVISÍVEIS E INDIVISÍVEIS.....	902		
	3.1.4. DAS OBRIGAÇÕES SOLIDÁRIAS.....	905		
	3.2. DA TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES.....	908		
	3.3. DO ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES.....	911		
	3.3.1. DO PAGAMENTO.....	911		
	3.3.2. DO PAGAMENTO COM SUB-ROGAÇÃO.....	915		
	3.3.3. DA DAÇÃO EM PAGAMENTO.....	917		
	3.4. DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES.....	918		
	3.4.1. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	918		
	3.4.2. DA MORA.....	920		
	3.4.3. DA CLÁUSULA PENAL.....	921		
4.	DOS CONTRATOS EM GERAL.....	929		
	4.1. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	929		
	4.1.1. PRELIMINARES.....	929		
	4.1.2. DO CONTRATO PRELIMINAR.....	939		
	4.1.3. DA FORMAÇÃO DOS CONTRATOS.....	939		
	4.1.4. DOS VÍCIOS REDIBITÓRIOS.....	941		
	4.1.5. DA EVICÇÃO.....	942		
	4.1.6. DA EXTINÇÃO DOS CONTRATOS.....	943		
	4.1.6.1. DA CLÁUSULA RESOLUTIVA.....	943		
	4.1.6.2. DA EXCEÇÃO DO CONTRATO NÃO CUMPRIDO.....	944		
	4.1.6.3. DA RESOLUÇÃO POR ONEROSIDADE EXCESSIVA.....	945		
	4.2. DAS VÁRIAS ESPÉCIES DE CONTRATO.....	949		
	4.2.1. DA COMPRA E VENDA.....	949		
	4.2.2. DA DOAÇÃO.....	952		
	4.2.3. DA LOCAÇÃO.....	954		
	4.2.4. DO COMODATO.....	955		
	4.2.5. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.....	957		
	4.2.6. DA EMPREITADA.....	961		
	4.2.7. DO DEPÓSITO.....	965		
	4.2.8. DO MANDATO.....	966		
	4.2.9. DA TRANSAÇÃO.....	969		

5.	DOS ATOS UNILATERAIS.....	969	3.7.	TEORIA DAS INVALIDADES DO NE- GÓCIO JURÍDICO	1026
5.1.	DO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA ..	969	3.8.	DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA	1027
6.	DA RESPONSABILIDADE CIVIL	970	3.9.	DA PROVA.....	1029
6.1.	OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR	970	4.	DAS OBRIGAÇÕES.....	1030
6.2.	DA INDENIZAÇÃO.....	988	5.	DOS CONTRATOS	1035
7.	DAS PREFERÊNCIAS E PRIVILÉGIOS CRE- DITÓRIOS	991	5.1.	TEORIA GERAL.....	1035
8.	DO DIREITO DE EMPRESA.....	996	5.2.	CONTRATOS EM ESPÉCIE	1041
8.1.	DO EMPRESÁRIO	996	6.	DA RESPONSABILIDADE CIVIL	1044
8.2.	DA SOCIEDADE	997	7.	DIREITO DAS COISAS	1045
8.2.1.	DA SOCIEDADE NÃO PERSONI- FICADA.....	997	7.1.	GENERALIDADES.....	1045
8.2.2.	DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS SÓCIOS.....	998	7.2.	POSSE.....	1046
8.2.3.	DA ADMINISTRAÇÃO.....	999	7.3.	DA PROPRIEDADE.....	1048
8.3.4.	DA DISSOLUÇÃO	999	✦ SÚMULAS APLICÁVEIS	1049	
8.2.5.	DA SOCIEDADE COOPERATIVA	1000	1.	PARTE GERAL	1049
8.2.6.	DA TRANSFORMAÇÃO, DA IN- CORPORAÇÃO, DA FUSÃO E DA CISÃO DAS SOCIEDADES....	1002	1.1.	CLÁUSULA DE ELEIÇÃO DE FORO	1049
8.3.	DO ESTABELECIMENTO.....	1003	1.2.	FRAUDE CONTRA CREDORES.....	1049
8.4.	DOS INSTITUTOS COMPLEMENTA- RES – ARTS. 1.150 A 1.195	1003	1.3.	PRESCRIÇÃO.....	1049
8.4.1.	DOS PREPOSTOS	1003	2.	CONTRATOS	1049
9.	DOS DIREITOS REAIS.....	1004	2.1.	REVISÃO JUDICIAL DOS CONTRATOS..	1049
9.1.	DA AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL.....	1005	2.2.	COMPROMISSO DE COMPRA E VEN- DA.....	1049
9.2.	DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA.....	1006	2.3.	CONTRATO DE COMPRA E VENDA	1050
✦ DICAS.....	1009		2.4.	CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓ- VEIS URBANOS	1050
1.	LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DI- REITO BRASILEIRO.....	1009	2.5.	CONTRATO DE MÚTUO.....	1050
2.	O CÓDIGO CIVIL DE 2002.....	1011	2.6.	CONTRATO DE SEGURO.....	1050
3.	PARTE GERAL	1013	2.7.	CONTRATO DE FIANÇA	1050
3.1.	DAS PESSOAS NATURAIS	1013	2.8.	CONSÓRCIO.....	1050
3.2.	DAS PESSOAS JURÍDICAS	1017	2.9.	JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA	1050
3.3.	DO DOMICÍLIO	1020	3.	RESPONSABILIDADE CIVIL	1050
3.4.	DOS BENS.....	1021	3.1.	DANO MORAL.....	1050
3.4.1.	DO BEM DE FAMÍLIA.....	1022	3.2.	CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO	1051
3.5.	DO FATO JURÍDICO	1022	3.3.	AÇÃO REGRESSIVA – CONTRATO DE SEGURO.....	1051
3.6.	DO NEGÓCIO JURÍDICO.....	1023	3.4.	ACIDENTE DE TRÂNSITO	1051
			3.5.	CONTRATO DE TRANSPORTE.....	1051
			3.6.	ESTABELECIMENTO BANCÁRIO.....	1051
			3.7.	FURTO EM ESTACIONAMENTO	1051
			3.8.	LEI DE IMPRENSA	1052

3.9. MORTE DE FILHO MENOR.....	1052	4. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA	1117
3.10. COBRANÇA EXCESSIVA.....	1052	5. DA TUTELA PROVISÓRIA	1118
4. DIREITO AUTORAL	1052	6. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	1119
5. DIREITO DAS COISAS	1052	7. PROCEDIMENTO COMUM	1122
5.1. POSSE.....	1052	8. DAS PROVAS	1125
5.2. USUCAPIÃO	1052	9. DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA.....	1128
5.3. AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	1052	10. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA E VOLUNTÁRIA.....	1132
DIREITO PROCESSUAL CIVIL	1053	11. PROCESSO DE EXECUÇÃO	1137
<i>Luciano Alves Rossato</i>		12. PROCESSO NOS TRIBUNAIS E DOS RECURSOS.....	1139
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1053	13. LEGISLAÇÃO ESPECIAL.....	1148
✦ QUESTÕES.....	1055	14. PROCESSO COLETIVO	1150
1. NORMAS FUNDAMENTAIS	1055	✦ SÚMULAS	1152
2. ARBITRAGEM.....	1057	NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL E APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS.....	1152
3. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS	1058	COMPETÊNCIA INTERNA.....	1152
4. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	1059	CAPACIDADE PROCESSUAL	1152
5. JUIZ.....	1060	GRATUIDADE DA JUSTIÇA.....	1152
6. MINISTÉRIO PÚBLICO	1060	ATOS PROCESSUAIS – FORMA, TEMPO, LUGAR E COMUNICAÇÃO	1153
7. COMPETÊNCIA	1061	FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	1153
8. ATOS PROCESSUAIS	1064	RESPOSTA DO RÉU.....	1153
9. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	1065	PROVAS	1153
10. TUTELA PROVISÓRIA	1068	SENTENÇA E COISA JULGADA	1153
11. PETIÇÃO INICIAL	1071	LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	1153
12. REAÇÕES DO RÉU.....	1073	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	1153
13. PROVAS	1075	AÇÕES POSSESSÓRIAS	1153
14. SENTENÇA E COISA JULGADA	1081	INVENTÁRIO E PARTILHA	1153
15. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	1091	EMBARGOS DE TERCEIROS.....	1153
16. LIQUIDAÇÃO	1092	AÇÃO MONITÓRIA.....	1153
17. CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR, DE FAZER E DE ENTREGAR E DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	1093	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE	1154
18. DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS.....	1100	MANDADO DE SEGURANÇA.....	1154
19. MANDADO DE SEGURANÇA.....	1109	AÇÕES COLETIVAS.....	1154
✦ DICAS.....	1110	AÇÃO POPULAR.....	1154
1. NORMAS FUNDAMENTAIS	1110	AÇÕES E OUTROS PROCEDIMENTOS CONSTITUCIONAIS.....	1154
2. ATOS PROCESSUAIS	1111	PROCESSO DE EXECUÇÃO	1154
3. DAS PARTES E DOS PROCURADORES.....	1113		

PARTES.....	1154	1.3.2. DO JUIZ, DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA.....	1158
TÍTULO EXECUTIVO.....	1154	1.4. DO PROCEDIMENTO ORDINÁRIO.....	1158
RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL.....	1155	1.4.1. DA REVELIA.....	1158
PENHORA.....	1155	1.4.2. DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA (OUTROS TEMAS).....	1158
EXECUÇÃO DE ALIMENTOS.....	1155	1.4.3. DA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	1158
EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	1155	1.4.4. DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA.....	1158
EXECUÇÃO FISCAL.....	1155	1.5. DO PROCESSO NOS TRIBUNAIS.....	1159
AÇÃO RESCISÓRIA.....	1156	1.5.1. DA AÇÃO RESCISÓRIA.....	1159
✦ INFORMATIVOS APLICÁVEIS.....	1156	1.6. DOS RECURSOS.....	1159
✦ STF.....	1156	1.6.1. DA APELAÇÃO.....	1159
1. DO PROCESSO DE CONHECIMENTO.....	1156	1.6.2. DO AGRAVO.....	1159
1.1. DAS PARTES E DOS PROCURADORES...	1156	1.6.3. DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	1159
1.2. DOS ÓRGÃOS JUDICIÁRIOS E DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA.....	1156	1.6.4. DOS RECURSOS PARA O STF E O STJ (RECURSO ESPECIAL).....	1159
1.2.1. DA COMPETÊNCIA.....	1156	2. DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	1160
1.3. DA FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	1156	2.1. DA EXECUÇÃO EM GERAL.....	1160
1.4. DO PROCESSO NOS TRIBUNAIS.....	1156	2.1.1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1160
1.4.1. DA RECLAMAÇÃO.....	1156	2.2. DAS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO.....	1160
1.5. DOS RECURSOS.....	1156	2.2.1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1160
1.5.1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1156	2.2.2. DA PENHORA, DA AVALIAÇÃO E DA EXPROPRIAÇÃO DE BENS....	1160
1.5.2. DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	1157	2.3. DOS EMBARGOS DO DEVEDOR.....	1161
1.5.3. DOS RECURSOS PARA O STF E O STJ.....	1157	3. DO PROCESSO CAUTELAR.....	1161
2. DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	1157	3.1. DOS PROCEDIMENTOS CAUTELARES ESPECÍFICOS.....	1161
3. OUTROS TEMAS.....	1157	4. DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	1161
✦ STJ.....	1157	4.1. DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA.....	1161
1. DO PROCESSO DE CONHECIMENTO.....	1157	4.1.1. DA AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	1161
1.1. DAS PARTES E DOS PROCURADORES...	1157	4.1.2. DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	1161
1.1.1. DA CAPACIDADE PROCESSUAL...	1157	4.1.3. DA AÇÃO DE DIVISÃO E DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES.....	1161
1.1.2. DOS DEVERES DAS PARTES E DOS SEUS PROCURADORES (HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS).....	1158	4.1.4. DOS EMBARGOS DE TERCEIRO....	1162
1.2. DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	1158	4.1.5. DA AÇÃO MONITÓRIA.....	1162
1.3. DOS ÓRGÃOS JUDICIÁRIOS E DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA.....	1158		
1.3.1. DA COMPETÊNCIA.....	1158		

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE... 1163**Luciano Alves Rossato**

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES..... 1163

✦ QUESTÕES 1165

1. DISPOSIÇÕES GERAIS..... 1165
2. CONSELHO TUTELAR..... 1171
3. DOS CONSELHOS DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 1177
4. DO ESTÁGIO E DO TRABALHO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE 1178
5. TUTELA COLETIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE..... 1209

✦ DICAS..... 1210

1. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 – INFÂNCIA E JUVENTUDE 1210
 - 1.1. A DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL..... 1210
 - 1.2. O ART. 227 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1210
 - 1.2.1. DECLARAÇÃO DE DIREITOS 1210
 - 1.2.2. CRIANÇA, ADOLESCENTE E JOVEM..... 1210
 - 1.2.3. PRIORIDADE ABSOLUTA 1210
 - 1.2.4. PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA INTEGRAL 1210
 - 1.2.5. DIREITO À PROTEÇÃO ESPECIAL..... 1211
 - 1.2.6. PUNIÇÃO DO ABUSO, VIOLÊNCIA E A EXPLORAÇÃO SEXUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE..... 1211
 - 1.2.7. O PROCEDIMENTO DE ADOÇÃO..... 1211
 - 1.2.8. EQUIPARAÇÃO DOS FILHOS..... 1211
 - 1.2.9. O ATENDIMENTO DA INFÂNCIA INSERIDO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL..... 1211
 - 1.2.10. MATÉRIA A SER ESTABELECIDA POR LEI 1211
 - 1.3. O ART. 228 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1212

- 1.3.1. A GARANTIA DA INIMPUTABILIDADE PENAL..... 1212
- 1.3.2. APLICAÇÃO EXCEPCIONAL DO ESTATUTO ÀQUELES QUE TIVEREM ENTRE 18 – 21 ANOS..... 1212
- 1.3.3. ATO INFRACIONAL..... 1212
2. NORMATIVA INTERNACIONAL ATINENTE À INFÂNCIA E JUVENTUDE..... 1212
 - 2.1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS..... 1212
 - 2.2. AS CONVENÇÕES DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO 1212
 - 2.3. A DECLARAÇÃO DE GENEBRA – CARTA DA LIGA SOBRE A CRIANÇA, DE 1924. 1213
 - 2.4. A DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA – 1959..... 1213
 - 2.5. CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA DE 1989 1213
3. ECA E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR 1214
 - 3.1. COMPLEXO NORMATIVO SOBRE O DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 1214
4. PRINCÍPIOS E DEFINIÇÕES GERAIS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE..... 1215
 - 4.1. ESTRUTURA DO ESTATUTO (LEI N. 8.069/1990). 1215
 - 4.2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES..... 1215
5. PRINCÍPIOS DO DIREITO DA CRIANÇA 1215
6. DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE..... 1216
 - 6.1. O DIREITO À VIDA E À SAÚDE: ATENÇÃO..... 1216
 - 6.2. DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE 1217
 - 6.3. DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER..... 1218
7. DA FAMÍLIA NATURAL E DA FAMÍLIA SUBSTITUTA. PODER FAMILIAR. GUARDA. ADOÇÃO. TUTELA..... 1218
 - 7.1. FAMÍLIA NATURAL 1218
8. DA PREVENÇÃO..... 1219
9. DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO E DAS MEDIDAS PERTINENTES AOS PAIS E RESPONSÁVEIS..... 1220
 - 9.1. MEDIDAS DE PROTEÇÃO..... 1220

9.2. MEDIDAS PROTETIVAS DE ACO- LHIMENTO INSTITUCIONAL, ACO- LHIMENTO FAMILIAR E INSERÇÃO EM FAMÍLIA SUBSTITUTA.....	1220	17. DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E À PROTEÇÃO NO TRABALHO.....	1229
10. DA PRÁTICA DE ATOS INFRACIONAIS.....	1221	18. MÃE SOCIAL.....	1230
10.1. DEFINIÇÃO DE ATO INFRACIONAL.....	1221	✦ SÚMULAS APLICÁVEIS.....	1230
10.2. DIREITOS INDIVIDUAIS E GARAN- TIAS PROCESSUAIS.....	1221	1. STF.....	1230
10.3. MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.....	1221	2. STJ.....	1230
10.4. MEDIDAS QUE ACARRETAM A RES- TRIÇÃO DA LIBERDADE.....	1222	3. TST.....	1231
11. DA PREVENÇÃO.....	1223	✦ INFORMATIVOS APLICÁVEIS.....	1231
12. DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO.....	1224	✦ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	1231
13. DOS CONSELHOS TUTELARES.....	1226	1. DA PRÁTICA DO ATO INFRACIONAL.....	1231
14. COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE.....	1228	✦ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA..	1231
15. TUTELA DOS DIREITOS.....	1228	1. DOS CRIMES E DAS INFRAÇÕES ADMINIS- TRATIVAS.....	1231
16. TRABALHO EDUCATIVO.....	1229		

PROCESSO DO TRABALHO	17	6.3. EXPROPRIAÇÃO E EMBARGOS À EXECUÇÃO	486
<i>José Cairo Jr. e Felipe Bernardes</i>		7. DISSÍDIO COLETIVO, AÇÕES COLETIVAS E ESPECIAIS	494
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	17	7.1. DISSÍDIO COLETIVO	494
✦ QUESTÕES.....	19	7.2. AÇÕES COLETIVAS E AÇÃO DE CUMPRIMENTO.....	506
1. TEORIA GERAL DO PROCESSO DO TRABALHO, JURISDIÇÃO E AÇÃO.....	19	7.3. MANDADO DE SEGURANÇA E AÇÕES ESPECIAIS.....	520
1.1. PRINCÍPIOS.....	34	✦ DICAS.....	559
1.2. COMPETÊNCIA.....	37	1. TEORIA GERAL DO PROCESSO DO TRABALHO, JURISDIÇÃO E AÇÃO.....	559
2. PROCESSO E PROCEDIMENTO TRABALHISTA	73	1.1. HISTÓRICO	559
2.1. PROCEDIMENTOS (SUMARÍSSIMO, DE ALÇADA EXCLUSIVA DA VARA DO TRABALHO, INQUÉRITO, PJE E HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL)	94	1.2. PRINCÍPIOS	559
2.2. PARTES, REPRESENTAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL, MINISTÉRIO PÚBLICO E FAZENDA PÚBLICA.....	117	1.3. AUTONOMIA E FONTES DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO.....	560
2.3. ADVOGADO, PROCURAÇÃO E <i>IUS POSTULANDI</i>	145	1.4. FORMAS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS INDIVIDUAIS TRABALHISTAS.....	560
2.4. ATOS PROCESSUAIS, DESPESAS PROCESSUAIS, PRAZOS E NULIDADES	156	1.5. ÓRGÃOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO ...	561
3. INICIAL, DEFESA E AUDIÊNCIA.....	194	1.6. COMPETÊNCIA.....	561
3.1. INICIAL E DEFESA.....	195	2. PROCESSO E PROCEDIMENTO TRABALHISTA	562
3.2. AUDIÊNCIA E CONCILIAÇÃO	210	2.1. PROCEDIMENTOS (SUMARÍSSIMO, DE ALÇADA EXCLUSIVA DA VARA, INQUÉRITO E HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO JUDICIAL)	562
4. PROVAS, SENTENÇA E COISA JULGADA...	236	2.2. PARTES, REPRESENTAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL E FAZENDA PÚBLICA.....	563
4.1. PROVAS.....	239	2.3. DANOS PROCESSUAIS	564
4.2. DECISÕES, TUTELA PROVISÓRIA E COISA JULGADA	272	2.4. ADVOGADO, PROCURAÇÃO, HONORÁRIOS, DESPESAS PROCESSUAIS, JUSTIÇA GRATUITA E <i>IUS POSTULANDI</i> ..	564
5. RECURSOS E AÇÃO RESCISÓRIA.....	292	2.5. ATOS PROCESSUAIS, PRAZOS E NULIDADES	566
5.1. PRESSUPOSTOS RECURSAIS.....	313	3. INICIAL, DEFESA, AUDIÊNCIA E CONCILIAÇÃO.....	568
5.2. RECURSO ORDINÁRIO.....	337	3.1. INICIAL E DEFESA.....	568
5.3. RECURSO DE REVISTA E EMBARGOS.....	341	3.2. AUDIÊNCIA E CONCILIAÇÃO	568
5.4. OUTROS RECURSOS.....	371	4. PROVAS, SENTENÇA E COISA JULGADA...	569
5.5. AÇÃO RESCISÓRIA.....	378		
6. EXECUÇÃO	413		
6.1. LIQUIDAÇÃO.....	464		
6.2. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	475		

4.1. PROVAS.....	569	5.2. DECISÕES, TUTELAS DE URGÊNCIA E COISA JULGADA.....	591
4.2. DECISÕES, TUTELA PROVISÓRIA E COISA JULGADA.....	570	6. RECURSOS E AÇÃO RESCISÓRIA.....	591
5. RECURSOS E AÇÃO RESCISÓRIA.....	572	6.1. RECURSO ORDINÁRIO.....	592
5.1. PRESSUPOSTOS RECURSAIS.....	572	6.2. RECURSO DE REVISTA E EMBARGOS.....	592
5.2. RECURSO ORDINÁRIO.....	573	6.3. OUTROS RECURSOS.....	594
5.3. RECURSO DE REVISTA.....	573	6.4. AÇÃO RESCISÓRIA.....	595
5.4. RECURSO DE EMBARGOS.....	574	7. EXECUÇÃO.....	604
5.5. EMBARGOS DECLARATÓRIOS.....	574	7.1. LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO.....	604
5.6. AGRAVO DE INSTRUMENTO.....	574	7.2. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	606
5.7. AGRAVO DE PETIÇÃO.....	574	7.3. EMBARGOS À EXECUÇÃO E EMBARGOS DE TERCEIROS.....	606
5.8. AGRAVO INTERNO.....	574	8. DISSÍDIO COLETIVO, AÇÕES COLETIVAS E ESPECIAIS.....	606
5.9. UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA.....	575	8.1. DISSÍDIO COLETIVO.....	606
5.10. AÇÃO RESCISÓRIA.....	576	8.2. AÇÕES COLETIVAS E AÇÃO DE CUMPRIMENTO.....	606
6. EXECUÇÃO.....	577	8.3. AÇÕES ESPECIAIS.....	607
6.1. LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO.....	577	✦ INFORMATIVOS APLICÁVEIS DO TST.....	610
6.2. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	578	1. TEORIA GERAL DO PROCESSO DO TRABALHO, JURISDIÇÃO E AÇÃO.....	610
6.3. EXPROPRIAÇÃO E EMBARGOS À EXECUÇÃO.....	579	1.1. PRINCÍPIOS DO PROCESSO DO TRABALHO.....	610
7. DISSÍDIO COLETIVO, AÇÕES COLETIVAS E ESPECIAIS.....	580	1.2. FORMAS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS TRABALHISTAS.....	610
7.1. DISSÍDIO COLETIVO.....	580	1.3. COMPETÊNCIA.....	610
7.2. AÇÕES COLETIVAS.....	580	2. PROCESSO E PROCEDIMENTO TRABALHISTA.....	614
7.3. AÇÕES ESPECIAIS.....	581	2.1. PROCEDIMENTOS (SUMARÍSSIMO, DE ALÇADA EXCLUSIVA DA VARA DO TRABALHO, INQUÉRITO E HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL) ..	614
✦ SÚMULAS E OJ'S APLICÁVEIS.....	581	2.2. PARTES, REPRESENTAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL, MINISTÉRIO PÚBLICO E FAZENDA PÚBLICA.....	615
1. TEORIA GERAL DO PROCESSO DO TRABALHO, JURISDIÇÃO E AÇÃO.....	581	2.3. ADVOGADO, PROCURAÇÃO, DESPESAS PROCESSUAIS, HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, JUSTIÇA GRATUITA, DEVERES DAS PARTES E <i>IUS POSTULANDI</i> ...	616
1.1. FORMAS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS TRABALHISTAS.....	581	2.4. ATOS PROCESSUAIS FÍSICOS E ELETRÔNICOS, PRAZOS E NULIDADES.....	618
1.2. COMPETÊNCIA.....	581	3. INICIAL, DEFESA, AUDIÊNCIA E CONCILIAÇÃO.....	619
2. PROCESSO E PROCEDIMENTO TRABALHISTA.....	582	3.1. INICIAL E DEFESA.....	619
2.1. PROCEDIMENTOS (SUMÁRIO, SUMARÍSSIMO, INQUÉRITO, PJE E HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL) ..	582	3.2. AUDIÊNCIA E CONCILIAÇÃO.....	621
2.2. PARTES, REPRESENTAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL E FAZENDA PÚBLICA.....	583	4. PROVAS, TUTELA DE URGÊNCIA, SENTENÇA E COISA JULGADA.....	621
2.3. ADVOGADO, PROCURAÇÃO, DESPESAS PROCESSUAIS JUSTIÇA GRATUITA E <i>IUS POSTULANDI</i>	585	4.1. PROVAS.....	621
2.4. ATOS PROCESSUAIS, PRAZOS E NULIDADES.....	588	4.2. TUTELAS PROVISÓRIAS, DECISÕES, SENTENÇAS E COISA JULGADA.....	623
3. FASE POSTULATÓRIA E AUDIÊNCIA.....	589		
4. PETIÇÃO INICIAL, DEFESAS E AUDIÊNCIA...	590		
4.1. PETIÇÃO INICIAL.....	590		
4.2. DEFESAS.....	590		
4.3. AUDIÊNCIA E ACORDO.....	590		
5. PROVAS, SENTENÇA E COISA JULGADA...	590		
5.1. PROVAS.....	590		

5. RECURSOS E AÇÃO RESCISÓRIA.....	624	11. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	731
5.1. PRESSUPOSTOS RECURSAIS.....	624	12. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: LEI Nº 8.429/92.....	736
5.2. RECURSO ORDINÁRIO.....	625		
5.3. RECURSO DE REVISTA E EMBARGOS.....	626	✦ DICAS.....	739
5.4. EMBARGOS DECLARATÓRIOS.....	627	1. CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	739
5.5. OUTROS RECURSOS.....	628	2. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO.....	739
5.6. INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDA REPETITIVA – IRDR E INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA – IAC.....	628	3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TERCEIRO SETOR.....	744
5.7. AÇÃO RESCISÓRIA.....	629	4. AGENTES PÚBLICOS: DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS.....	751
6. EXECUÇÃO.....	631	5. REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS.....	760
6.1. LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO.....	633	5.1. LEI Nº 8.112/90.....	761
6.2. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	634	6. PODERES ADMINISTRATIVOS.....	767
6.3. EXECUÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.....	636	7. ATO ADMINISTRATIVO.....	770
6.4. EXECUÇÃO FISCAL.....	637	8. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	774
6.5. CONSTRIÇÃO JUDICIAL.....	637	8.1. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO NA LEI DAS ESTATAIS (LEI Nº 13.303/2016).....	785
6.6. EXPROPRIAÇÃO.....	638	9. SERVIÇOS PÚBLICOS.....	787
6.7. EMBARGOS À EXECUÇÃO E EMBARGOS DE TERCEIROS.....	638	10. BENS PÚBLICOS.....	793
7. DISSÍDIO COLETIVO, AÇÕES COLETIVAS, MANDADO DE SEGURANÇA E OUTRAS AÇÕES ESPECIAIS.....	638	11. RESPONSABILIDADE EXTRA-CONTRATUAL DO ESTADO.....	795
7.1. DISSÍDIO COLETIVO.....	638	12. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	797
7.2. AÇÕES COLETIVAS E AÇÃO DE CUMPRIMENTO.....	639	13. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: LEI Nº 8.429/92.....	801
7.3. MANDADO DE SEGURANÇA.....	641		
7.4. OUTRAS AÇÕES ESPECIAIS.....	642	✦ SÚMULAS APLICÁVEIS.....	806
DIREITO ADMINISTRATIVO.....	645	1. PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	806
<i>Leandro Bortoleto e Luís Felipe Cirino</i>		1.1. SÚMULA DO STF.....	806
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	645	2. AGENTES PÚBLICOS.....	807
✦ QUESTÕES.....	647	2.1. SERVIDOR PÚBLICO.....	807
1. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO.....	647	2.1.1. CONCURSO PÚBLICO.....	807
2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	663	2.1.2. DEMISSÃO.....	807
3. AGENTES PÚBLICOS: DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS.....	672	2.1.3. DISPONIBILIDADE.....	807
4. REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS FEDERAIS: LEI Nº 8.112/90..	685	2.1.4. REMUNERAÇÃO.....	808
5. PODERES ADMINISTRATIVOS.....	695	2.1.5. TEMPO DE SERVIÇO.....	808
6. ATO ADMINISTRATIVO.....	705	2.1.6. VITALICIDADE.....	808
7. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	716	2.1.7. NOMEAÇÃO PARA CARGO EM COMISSÃO (NEPOTISMO).....	808
8. SERVIÇOS PÚBLICOS.....	717	3. PODERES ADMINISTRATIVOS.....	809
9. BENS PÚBLICOS.....	719	3.1. PODER DE POLÍCIA.....	809
10. RESPONSABILIDADE EXTRA-CONTRATUAL DO ESTADO.....	723	4. ATO ADMINISTRATIVO.....	809
		5. BENS PÚBLICOS.....	809
		6. IMPROBIDADE.....	809

DIREITO INTERNACIONAL COMUNITÁRIO

811

Paulo Lépore

✦ QUESTÕES..... 811

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES..... 811

1. SUJEITOS DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: ESTADOS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS 813
 2. ÓRGÃOS DAS RELAÇÕES ENTRE OS ESTADOS: AGENTES DIPLOMÁTICOS E REPRESENTANTES CONSULARES. CONVENÇÕES DE VIENA DE 1961 E 1963. MISSÕES ESPECIAIS..... 813
 3. A IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO DOS ESTADOS: ORIGEM, FUNDAMENTOS, EXTENSÃO E LIMITES. IMUNIDADE DE EXECUÇÃO. ORGANISMOS PÚBLICOS MULTILATERAIS INTERNACIONAIS: A QUESTÃO DA IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO E PROBLEMAS CORRELATOS 814
 4. ATIVIDADES DO ESTRANGEIRO NO BRASIL: LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS 815
 5. TRATADOS INTERNACIONAIS: VIGÊNCIA E APLICAÇÃO. EXIGIBILIDADE E EFETIVIDADE. HIERARQUIA E CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE..... 816
 6. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO 817
 7. OMC E CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL. "DUMPING SOCIAL", "CLÁUSULA SOCIAL" E "SELO SOCIAL". PADRÕES TRABALHISTAS MÍNIMOS 820
 8. CONFLITO DE LEIS NO ESPAÇO: OS PRINCÍPIOS DA *LEX LOCI EXECUTIONIS* E DE *LOCUS REGIT ACTUM*. JURISDIÇÃO E DIREITO DO TRABALHO RELATIVOS AOS TRABALHADORES BRASILEIROS TRANSFERIDOS PARA O EXTERIOR. JURISDIÇÃO E DIREITO DO TRABALHO RELATIVOS AOS TRABALHADORES BRASILEIROS QUE LABOREM EM EMBARCAÇÕES EM ALTO MAR 820
 9. DIREITO COMUNITÁRIO E UNIÃO EUROPEIA 821
 10. MERCOSUL. CONSTITUIÇÃO. LIVRE CIRCULAÇÃO DE TRABALHADORES 822
- ✦ DICAS..... 823

1. SUJEITOS DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: ESTADOS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS 823
2. ÓRGÃOS DAS RELAÇÕES ENTRE OS ESTADOS: AGENTES DIPLOMÁTICOS E REPRESENTANTES CONSULARES 823
3. A IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO DOS ESTADOS: ORIGEM, FUNDAMENTOS, EXTENSÃO E LIMITES. IMUNIDADE DE EXECUÇÃO 823
 - 3.1. IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO..... 823
 - 3.2. IMUNIDADE DE EXECUÇÃO..... 824
4. ATIVIDADES DO ESTRANGEIRO NO BRASIL: LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS 824
5. TRATADOS INTERNACIONAIS: VIGÊNCIA E APLICAÇÃO. EXIGIBILIDADE E EFETIVIDADE. HIERARQUIA E CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE..... 826
6. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO 829
7. OMC E CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL..... 829
8. CONFLITO DE LEIS NO ESPAÇO: OS PRINCÍPIOS DA *LEX LOCI EXECUTIONIS* E DE *LOCUS REGIT ACTUM* 829
9. DIREITO COMUNITÁRIO. CONCEITO, PRINCÍPIOS E ORIENTAÇÕES SOCIAIS. UNIÃO EUROPEIA 830
10. MERCOSUL. CONSTITUIÇÃO. LIVRE CIRCULAÇÃO DE TRABALHADORES..... 830
11. JURISPRUDÊNCIA APLICÁVEL DOS TRIBUNAIS SUPERIORES..... 830

DIREITOS HUMANOS 833

Paulo Lépore

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES..... 833

✦ QUESTÕES..... 835

1. TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS..... 835
 - 1.1. TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS E O ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL..... 836
- ✦ DICAS..... 839
1. HISTÓRIA DOS DIREITOS HUMANOS..... 839
 2. TEORIA, CONCEITOS E ELEMENTOS DOS DIREITOS HUMANOS..... 840
 3. DECLARAÇÕES E TRATADOS INTERNACIONAIS..... 841

✦ SÚMULAS APLICÁVEIS	845	9.3. RECUPERAÇÃO JUDICIAL ESPECIAL	891
✦ JURISPRUDÊNCIA APLICÁVEL	845	9.4. RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL	891
A) STF.....	845	9.5. FALÊNCIA	892
B) STJ.....	850	9.5.1. INCIDÊNCIA DA LEI	892
		9.5.2. ÓRGÃOS DA FALÊNCIA.....	892
		9.5.3. EFEITOS DA FALÊNCIA	892
		9.5.4. PROCESSO DE FALÊNCIA	893
DIREITO EMPRESARIAL	851	9.6. PEDIDOS DE RESTITUIÇÃO	893
<i>Daniel Trindade</i>		9.7. INEFICÁCIA E REVOGAÇÃO DE ATOS PRATICADOS ANTES DA FALÊNCIA	894
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	851	9.8. REALIZAÇÃO DO ATIVO	894
✦ QUESTÕES	853	9.9. CLASSIFICAÇÃO E PAGAMENTO DOS CREDORES	894
1. EMPRESÁRIO	853	9.10. ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA.....	894
2. PROPRIEDADE INDUSTRIAL	854	9.11. EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO FALIDO...	894
2.1. ASPECTOS GERAIS.....	854	9.12. PRINCIPAIS NOVIDADES TRAZIDAS PE- LA LEI 14.112, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2020.....	894
3. SOCIEDADE ANÔNIMA.....	856	10. PROPRIEDADE INDUSTRIAL	896
4. RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	856		
5. CONTRATOS COMERCIAIS.....	857		
✦ DICAS (RESUMO)	859	✦ SÚMULAS APLICÁVEIS	901
1. TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESA- RIAL	859	DIREITO DO CONSUMIDOR	903
2. EMPRESÁRIO	860	<i>Lucas Lehfeld</i>	
3. ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL	862	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	903
4. REGISTRO E ESCRITURAÇÃO.....	864	✦ QUESTÕES	905
5. DIREITO SOCIETÁRIO.....	865	1. O CONSUMIDOR DAS RELAÇÕES DE CONSUMO.....	905
6. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDA- DE JURÍDICA.....	873	2. DA QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVI- ÇOS, DA PREVENÇÃO E DA REPARAÇÃO DOS DANOS.....	906
7. TÍTULOS DE CRÉDITO.....	874	3. DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONA- LIDADE JURÍDICA	908
8. CONTRATOS EMPRESARIAIS	882	4. DAS PRÁTICAS COMERCIAIS	910
9. FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRE- SA	888	5. DA PROTEÇÃO CONTRATUAL.....	912
9.1. ASPECTOS GERAIS.....	888	6. DA DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO...	914
9.1.1. APLICABILIDADE DA LEI.....	888		
9.1.2. COMPETÊNCIA.....	888	✦ DICAS	915
9.1.3. INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	888	1. O CONSUMIDOR NAS RELAÇÕES DE CONSUMO.....	915
9.1.4. VERIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DOS CRÉDITOS CONCURSAIS.....	888	2. DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC)	915
9.1.5. ADMINISTRADOR JUDICIAL.....	889	3. DA QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVI- ÇOS, DA PREVENÇÃO E DA REPARAÇÃO DOS DANOS.....	916
9.1.6. ASSEMBLEIA DE CREDORES.....	889	3.1. DA QUALIDADE E SEGURANÇA DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	916
9.1.7. COMITÊ DE CREDORES	889		
9.2. RECUPERAÇÃO JUDICIAL	889		
9.2.1. COMPETÊNCIA.....	889		
9.2.2. LEGITIMADOS	889		
9.2.3. CRÉDITOS SUJEITOS À RECUPE- RAÇÃO.....	890		
9.2.4. PROCESSAMENTO DA RECUPE- RAÇÃO JUDICIAL	890		

3.2. DA RESPONSABILIDADE PELO FATO E VÍCIO DO PRODUTO E DO SERVIÇO.....	916	3. CONFLITO APARENTE DE NORMAS PENAIAS	996
3.3. DA DECADÊNCIA E DA PRESCRIÇÃO (PRAZOS E GARANTIAS).....	918	4. APLICAÇÃO DA LEI PENAL.....	996
3.4. DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	919	4.1. A LEI PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO...	996
4. DAS PRÁTICAS COMERCIAIS	919	4.2. TEMPO E LUGAR DO CRIME.....	996
4.1. DA OFERTA E DA PUBLICIDADE.....	919	4.3. LEI PENAL EXCEPCIONAL, ESPECIAL E TEMPORÁRIA	996
4.2. DAS PRÁTICAS ABUSIVAS.....	920	4.4. TERRITORIALIDADE E EXTRATERRITORIALIDADE DA LEI PENAL.....	997
4.2.1. DA OBRIGATORIEDADE DO ORÇAMENTO.....	921	4.5. PENA CUMPRIDA NO ESTRANGEIRO.....	997
5. DA PROTEÇÃO CONTRATUAL	921	4.6. TRANSFERÊNCIA DE EXECUÇÃO DE PENA	997
5.1. DA REVISÃO CONTRATUAL	921	4.7. IRRETROATIVIDADE DA LEI PENAL	998
5.2. O DIREITO DE ARREPENDIMENTO	922	5. TEORIA DO DELITO	998
5.3. DAS CLÁUSULAS ABUSIVAS	922	5.1. TEORIA DO TIPO. O FATO TÍPICO E SEUS ELEMENTOS.....	1000
5.4. DOS CONTRATOS DE ADESÃO	923	5.1.1. CONDUTA.....	1000
5.5. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	925	5.1.2. RELAÇÃO DE CAUSALIDADE. TEORIAS. IMPUTAÇÃO OBJETIVA...	1001
6. DA DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO...	925	5.1.3. TIPICIDADE.....	1001
6.1. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA.....	925	6. ANTIJURICIDADE	1002
6.2. TUTELA COLETIVA DO CONSUMIDOR...	926	6.1. CULPABILIDADE	1003
7. DO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	928	6.2. CONDIÇÕES OBJETIVAS DE PUNIBILIDADE E ESCUSAS ABSOLUTÓRIAS.....	1003
8. DA CONVENÇÃO COLETIVA DE CONSUMO.....	928	6.3. CONSUMAÇÃO E TENTATIVA. DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ. ARREPENDIMENTO POSTERIOR. CRIME IMPOSSÍVEL.....	1004
9. INFRAÇÕES PENAIAS NO CDC.....	928	7. ERRO	1004
✦ SÚMULAS APLICÁVEIS	928	8. DO CONCURSO DE PESSOAS.....	1005
DIREITO PENAL	931	9. PENAS.....	1005
Daniilo da Cunha Sousa		10. EFEITOS DA CONDENAÇÃO	1009
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	931	10.1. DO CONFISCO ALARGADO.....	1009
✦ QUESTÕES.....	933	11. MEDIDAS DE SEGURANÇA E EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA.....	1010
1. PARTE GERAL.....	933	12. CAUSAS EXTINTIVAS DE PUNIBILIDADE	1010
2. PARTE ESPECIAL.....	945	12.1. DA PRESCRIÇÃO	1011
2.1. CRIMES CONTRA A PESSOA.....	945	13. CRIMES EM ESPÉCIE.....	1012
2.2. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	954	13.1. CRIMES CONTRA A PESSOA.....	1012
2.3. CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	965	13.2. DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO...	1021
2.4. CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA	974	13.3. CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	1027
2.5. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	982	13.4. CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL..	1027
3. LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE.....	993	13.4.1. NOVIDADES TRAZIDAS PELA LEI Nº 13.718/2018	1029
✦ DICAS	995	13.5. CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA.....	1030
1. PRINCÍPIOS PENAIIS E CONSTITUCIONAIS.....	995	13.6. DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA.....	1030
2. INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEI PENAL.....	995	13.7. DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1033
2.1. ANALOGIA	995	14. LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE.....	1044
		14.1. CRIMES AMBIENTAIS	1044
		14.2. CRIMES HEDIONDOS.....	1044

14.3. LEI DE LAVAGEM DE DINHEIRO	1046		
14.4. LEI DE TORTURA	1046		
14.5. LEI DE DROGAS	1046		
14.6. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	1047		
14.7. ESTATUTO DO DESARMAMENTO	1048		
14.8. LEI MARIA DA PENHA	1050		
14.9. LEI DE CRIME ORGANIZADO	1051		
14.10. CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	1052		
14.11. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA	1053		
14.12. LEI DE EXECUÇÃO PENAL	1054		
14.13. LEI Nº 7.716/1989 E SUAS ALTERAÇÕES (CRIMES RESULTANTES DE PRECONCEITOS DE RAÇA OU DE COR).....	1056		
14.14. NOVA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE	1057		
✦ SÚMULAS APLICÁVEIS	1058		
STF	1058		
STJ	1059		
NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA	1063		
<i>Leandro Fernandez e Claiz Gunça</i>			
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1063		
✦ QUESTÕES.....	1063		
1. DIREITOS E DEVERES FUNCIONAIS DA MAGISTRATURA	1065		
2. CÓDIGO DE ÉTICA DA MAGISTRATURA NACIONAL.....	1065		
3. FONTES DO DIREITO OBJETIVO. PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO. JURISPRUDÊNCIA. SÚMULA. SÚMULA VINCULANTE.....	1066		
4. EFICÁCIA DA LEI NO TEMPO	1067		
5. RESOLUÇÕES DO CNJ SOBRE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NO JUDICIÁRIO	1068		
6. LGPD E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.....	1069		
7. AGENDA 2030 E OS 17 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	1070		
8. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS	1070		
✦ DICAS.....	1072		
1. SOCIOLOGIA DO DIREITO	1074		
1.1. INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA. ASPECTOS GERENCIAIS DA ATIVIDADE JUDICIÁRIA (ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA). GESTÃO. GESTÃO DE PESSOAS. ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO. MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO.....	1074		
1.2. RELAÇÕES SOCIAIS E RELAÇÕES JURÍDICAS. CONTROLE SOCIAL E O DIREITO. TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E DIREITO	1074		
1.3. CONFLITOS SOCIAIS E MECANISMOS DE RESOLUÇÃO. SISTEMAS NÃO JUDICIAIS DE COMPOSIÇÃO DE LITÍGIOS. TEORIA DO CONFLITO E OS MECANISMOS AUTOCOMPOSITIVOS. TÉCNICAS DE NEGOCIAÇÃO E MEDIAÇÃO. PROCEDIMENTOS, POSTURAS, CONDUTAS E MECANISMOS APTOS A OBTER A SOLUÇÃO CONCILIADA DOS CONFLITOS ..	1075		
2. PSICOLOGIA JUDICIÁRIA.....	1076		
2.1. DIREITO, COMUNICAÇÃO SOCIAL E OPINIÃO PÚBLICA. PSICOLOGIA E COMUNICAÇÃO: RELACIONAMENTO INTERPESSOAL, RELACIONAMENTO DO MAGISTRADO COM A SOCIEDADE E A MÍDIA	1076		
2.2. PROBLEMAS ATUAIS DA PSICOLOGIA COM REFLEXOS NO DIREITO: ASSÉDIO MORAL E ASSÉDIO SEXUAL.....	1077		
2.3. O PROCESSO PSICOLÓGICO E A OBTENÇÃO DA VERDADE JUDICIAL. O COMPORTAMENTO DE PARTES E TESTEMUNHAS.....	1078		
3. ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL.....	1080		
3.1. REGIME JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL: CARREIRAS, INGRESSO, PROMOÇÕES, REMOÇÕES.....	1080		
3.2. DIREITOS E DEVERES FUNCIONAIS DA MAGISTRATURA.....	1080		
3.3. CÓDIGO DE ÉTICA DA MAGISTRATURA NACIONAL	1081		
3.4. SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO DO PODER JUDICIÁRIO: CORREGEDORIAS, OUIDORIAS, CONSELHOS SUPERIORES E CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.....	1083		
3.5. RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA, CIVIL E CRIMINAL DOS MAGISTRADOS.....	1084		
4. FILOSOFIA DO DIREITO	1085		
4.1. O CONCEITO DE JUSTIÇA. SENTIDO LATO DE JUSTIÇA, COMO VALOR UNIVERSAL. SENTIDO ESTRITO DE JUSTIÇA, COMO VALOR JURÍDICO-POLÍTICO. DIVERGÊNCIAS SOBRE O CONTEÚDO DO CONCEITO	1085		
4.2. O CONCEITO DE DIREITO. EQUIDADE. DIREITO E MORAL	1085		

4.3.	A INTERPRETAÇÃO DO DIREITO. A SUPERPAÇÃO DOS MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO MEDIANTE PURO RACIOCÍNIO LÓGICO-DEDUTIVO. O MÉTODO DE INTERPRETAÇÃO PELA LÓGICA DO RAZOÁVEL.....	1086	6.3.	NOÇÕES GERAIS DE CONTRATOS INTELIGENTES, <i>BLOCKCHAIN</i> E ALGORITMOS.....	1097
5.	TEORIA GERAL DO DIREITO E DA POLÍTICA.....	1087	6.4.	LGPD E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.....	1098
5.1.	DIREITO OBJETIVO E DIREITO SUBJETIVO....	1087	7.	PRAGMATISMO, ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E ECONOMIA COMPORTAMENTAL.....	1102
5.2.	FONTES DO DIREITO OBJETIVO. PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO. JURISPRUDÊNCIA. SÚMULA VINCULANTE.....	1087	7.1.	FUNÇÃO JUDICIAL E PRAGMATISMO. ANTIFUNDACIONALISMO. CONTEXTUALISMO. CONSEQUENCIALISMO. RACIONALISMO E EMPIRISMO. DIALÉTICA. UTILITARISMO.....	1102
5.3.	EFICÁCIA DA LEI NO TEMPO. CONFLITO DE NORMAS JURÍDICAS NO TEMPO E O DIREITO BRASILEIRO: DIREITO PENAL, DIREITO CIVIL, DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO DO TRABALHO.....	1089	7.2.	ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO. CONCEITOS FUNDAMENTAIS. RACIONALIDADE ECONÔMICA. EFICIÊNCIA PROCESSUAL. MÉTODOS ADEQUADOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E ACESSO À JUSTIÇA. DEMANDAS FRÍVOLAS E DE VALOR ESPERADO NEGATIVO. PRECEDENTES, ESTABILIDADE DA JURISPRUDÊNCIA E SEGURANÇA JURÍDICA. COISA JULGADA.....	1103
5.4.	O CONCEITO DE POLÍTICA. POLÍTICA E DIREITO.....	1089	7.3.	ECONOMIA COMPORTAMENTAL. HEURÍSTICA E VIESES COGNITIVOS. A PERCEPÇÃO DE JUSTIÇA. PROCESSO COGNITIVO DE TOMADA DE DECISÃO...	1105
5.5.	IDEOLOGIAS.....	1090	7.4.	GOVERNANÇA CORPORATIVA E <i>COMPLIANCE</i> NO BRASIL. MECANISMOS DE COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS E LAVAGEM DE DINHEIRO. <i>WHISTLEBLOWER</i>	1105
5.6.	A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (ONU).....	1090	8.	DIREITO DA ANTIDISCRIMINAÇÃO.....	1106
5.7.	AGENDA 2030 E OS 17 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	1090	8.1.	CONCEITOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO DA ANTIDISCRIMINAÇÃO.....	1106
5.8.	GÊNERO E PATRIARCADO. GÊNERO E RAÇA. DISCRIMINAÇÃO E DESIGUALDADES DE GÊNERO – QUESTÕES CENTRAIS. PROTOCOLO DE JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO.....	1092	8.2.	MODALIDADES DE DISCRIMINAÇÃO.....	1107
6.	DIREITO DIGITAL.....	1093	8.3.	LEGISLAÇÃO ANTIDISCRIMINAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL.....	1108
6.1.	4ª REVOLUÇÃO INDUSTRIAL. TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO PODER JUDICIÁRIO. TECNOLOGIA NO CONTEXTO JURÍDICO. AUTOMAÇÃO DO PROCESSO. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO. AUDIÊNCIAS VIRTUAIS. CORTES REMOTAS. CIÊNCIA DE DADOS E JURIMETRIA. RESOLUÇÕES DO CNJ SOBRE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NO JUDICIÁRIO.....	1093	8.4.	CONCEITOS FUNDAMENTAIS DO RACISMO, SEXISMO, INTOLERÂNCIA RELIGIOSA, <i>LGBTQIA+</i> E <i>FOBIA</i>	1108
6.2.	PERSECUÇÃO PENAL E NOVAS TECNOLOGIAS. CRIMES VIRTUAIS E CIBERSEGURANÇA. <i>DEEPWEB</i> E <i>DARKWEB</i> . PROVAS DIGITAIS. CRIPTOMOEDAS E LAVAGEM DE DINHEIRO.....	1096	8.5.	AÇÕES AFIRMATIVAS.....	1112
			8.6.	DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS E DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	1113